

**FACULDADES ATIBAIA – FAAT  
CURSO DE PEDAGOGIA**

**THALYNE DA CUNHA ANDRADE**

**MÉTODOS DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS COMO MEIO  
DE INSERÇÃO SOCIAL**

**ATIBAIA, SP**

**2017**

**THALYNE DA CUNHA ANDRADE**

**MÉTODOS DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS COMO MEIO  
DE INSERÇÃO SOCIAL**

Trabalho de Conclusão de curso apresentado como exigência para obtenção do grau de Licenciatura Plena em Pedagogia na FAAT – Faculdades Atibaia, sob a orientação da Profa. Dra. Micheli Kowalczyk Machado.

**ATIBAIA, SP**

**2017**

**CURSO DE PEDAGOGIA**

**TERMO DE APROVAÇÃO**

**THALYNE DA CUNHA ANDRADE**

**Título: “Métodos de educação de jovens e adultos como meio de inserção social”.**

Trabalho apresentado ao Curso de Graduação de Pedagogia, para apreciação da Professora Orientadora Dra. Micheli Kowalczuk Machado, que após sua análise considerou o Trabalho \_\_\_\_\_, com Conceito \_\_\_\_\_.

Atibaia, SP, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

---

Dra. Micheli Kowalczuk Machado

Dedico este trabalho a minha família por ter me ajudado durante toda minha formação, especialmente aos meus pais, pelo carinho, apoio, incentivos, e por terem proporcionado minha formação docente.

## **AGRADECIMENTOS**

Ao meu namorado pela paciência e compreensão em relação às minhas ausências e momentos de estresse.

As minhas amigas pelo carinho e amizade

À Prof<sup>a</sup>. Dra. Micheli Kowalczyk Machado, pela orientação cuidadosa, pelo carinho, apoio e amizade.

A todos que, de uma forma ou de outra, contribuíram para a realização deste estudo, o meu muito obrigada!

“Saber que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou sua construção”.

(FREIRE, 2005, p.4).

## **RESUMO**

O presente trabalho teve como finalidade demonstrar métodos para a educação de jovens e adultos para inseri-los na sociedade atual. Trata-se também da combinação de alguns fatores para que a EJA seja reconhecida como instrumento de inclusão social, através da identificação dos estudantes e de sua história no Brasil, demonstrando a importância do uso de métodos adequados para essa modalidade educacional. Para isso, adotou-se a pesquisa metodológica bibliográfica e uma reflexão sobre o tema em questão. Através disso, foi possível notar que os métodos eficazes para a educação de adultos são aqueles que trabalham com a realidade dos alunos.

**PALAVRAS-CHAVE:** EJA. Inserção social. Métodos.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>1 OS ALUNOS DA EJA E A EXCLUSÃO SOCIAL.....</b>	<b>13</b>
1.1 O perfil dos estudantes que frequentam a EJA .....	13
1.2 Marcas da exclusão .....	17
<b>2 A EJA COMO ESPAÇO PARA INSERÇÃO SOCIAL .....</b>	<b>22</b>
2.1 Ensino dos adultos da EJA.....	22
2.2 Métodos específicos para o ensino dos estudantes da EJA .....	25
2.3 O papel do professor da EJA .....	30
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>34</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>36</b>

## INTRODUÇÃO

Este trabalho de conclusão de curso aborda o tema “Métodos de Educação de Jovens e Adultos como meio de inserção social”, apresentando a diversidade etária, cultural, social e econômica dos alunos da EJA, que pertencem à classe economicamente baixa sendo vistos muitas vezes como inferiores pela ausência ou pouco estudo, fato que demonstra a importância da educação para serem inseridos socialmente.

Escolhi trabalhar com esse tema depois ter efetuado a leitura de um texto que falava sobre o perfil dos alunos da EJA e de como essas pessoas sofriam no seu dia a dia por não terem a oportunidade de estudar, ou por possuírem pouca educação. Depois dessa leitura passei a prestar mais atenção nas pessoas que estavam a minha volta, por exemplo, meus pais poderiam ter mais oportunidades de empregos se tivessem concluído a educação básica.

Com base nas leis brasileiras, pode-se confirmar que a Educação de Jovens e Adultos (EJA) é reconhecida como direito, pois segundo a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) 1996, é dever do estado a oferta de escola pública, com a garantia de ensino fundamental e médio a todas as pessoas, incluindo aquelas que não tiveram acesso ou a continuidade de estudos na idade adequada.

É grande a importância da EJA para a ajuda na redução das desigualdades presentes na sociedade atual, já que segundo Santos (2003, p.108) a exclusão precoce da escola:

[...] já deu fortes indicações de ser um dos maiores problemas do sistema educacional brasileiro, cujo protelamento da solução compromete a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

A autora demonstra ainda que somente inserir os jovens, adultos e idosos na EJA não é o suficiente, mas que são necessários métodos adequados ao perfil dos alunos. Neste sentido, cabe mencionar o exemplo presente na publicação “Alunas e alunos da EJA” do Ministério da Educação (MEC) e da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) que cita o trabalho da professora Renata que ministra aulas da EJA, baseada nas ideias de Paulo Freire, que buscou,

desde o primeiro encontro, aproximar a leitura e a escrita da realidade de sua turma, tornando o processo de educação produtivo e benéfico para eles, destaca que:

A professora Renata atuou a partir de um novo paradigma: O de que seus alunos lidam com problemas reais e que, a partir deles, a construção de conhecimentos sobre a leitura, a escrita, os números e as operações pode acontecer de maneira eficaz e significativa. Ela acreditou, desde o início, que era possível estabelecer uma aliança entre o mundo real e concreto dos alunos e os conhecimentos formais, podemos dizer escolares (BRASIL, 2006, p. 28).

O exemplo da professora Renata, atuando de acordo com um novo paradigma, demonstra a importância da atualização do método adequado à realidade de seus alunos para que esses aprendam, contudo, ao analisar a história da educação de jovens e adultos, percebe-se uma série de problemas relacionados a essa modalidade de ensino.

O problema da educação de adultos não é algo atual, segundo Pierro, Joia e Ribeiro (2001), desde a década de 1940, já existiam medidas políticas sobre a educação de adultos, porém foi na década de 1950 que se iniciaram medidas pela alfabetização de toda a população, inclusive aquelas pessoas que até então eram excluídas da escola. Nessas décadas, surgiram ações governamentais nacionais ligadas à alfabetização de adultos, como: Serviço de Educação de Adultos e Campanha de Educação de Adultos, em 1947, e Campanha de Erradicação do Analfabetismo em 1958, porém nenhuma dessas medidas introduziu uma proposta pedagógica para a alfabetização de adultos, isso só ocorreu nos anos de 1960, quando Paulo Freire passou a direcionar a alfabetização da EJA, contudo suas experiências acabaram extintas com a inserção da ditadura militar em 1964. Em 1969, o governo federal instituiu o programa nacional de alfabetização o MOBRAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização), este deveria seguir como a ação que extinguiria o analfabetismo no país, porém serviu apenas para manter ordem política estabelecida. Esse programa foi extinto em 1985.

O processo histórico estudado pelos autores demonstrou que a educação de jovens e adultos vem procurando seu espaço no processo educacional brasileiro, e quando produziu um avanço significativo tendo Paulo Freire direcionado a alfabetização da EJA ocorreu a implantação da ditadura militar e o fim da alfabetização de adultos baseados no “Método Paulo Freire”.

A legislação começa a produzir avanços voltados a alfabetização dos adultos, com a Lei 5692/71, que fixava as Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus,

apontando várias funções para EJA, tais como: A reposição de escolaridade; A formação para o trabalho e profissionalização. Tudo isso garantindo pela introdução das leis, como manifestam Pierro, Joia e Ribeiro (2001, p.62) a:

[...] lei 5692/71 garantia àqueles que não haviam realizado ou completado na idade própria a escolaridade obrigatória foi a flexibilidade. Prevista na letra da lei, ela se concretizou na possibilidade de organização do ensino em várias modalidades: cursos supletivos, centros de estudo e ensino a distância, entre outras.

Esta foi a primeira de outras tantas leis como a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases, que surgiram para garantir o direito à educação, para todos aqueles que não tiveram acesso ou continuidade nos estudos, na idade adequada e que serão abordadas do decorrer deste trabalho.

Estudando dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística o IBGE de 1996, os autores, Pierro, Joia e Ribeiro (2001) constaram que cerca de 94,0 milhões de brasileiros entre 15 e 20 anos de idade, mesmo tendo seus direitos à educação garantidos pela constituição não tiveram acesso ou não concluíram o ensino médio. Estes autores estudaram as políticas públicas que marcaram a década de 90, e constataram que após o período da ditadura militar o MEC desencadeou o Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania (PNAC), com o fim de mobilizar a sociedade em prol da alfabetização de crianças, jovens e adultos, contudo este não obteve sucesso devido a falta de recursos e o programa foi extinto um ano após sua inserção.

Segundo os dados mais recentes do IBGE, no Brasil, no ano de 2014, a taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade foi estimada em 13,2 milhões de pessoas, já no ano anterior esse indicador havia sido 13,3 milhões de pessoas, sendo que a Região Nordeste continuou possuindo a maior taxa de analfabetismo, 16,6% e as menores taxas também continuaram sendo na Região Sul (4,4%) e na Região Sudeste (4,6%).

Os problemas educacionais com jovens e adultos ganharam espaço mundial, evidenciaram a preocupação de vários países em diminuir os números de analfabetismo e a importância da educação para esse público, como demonstram Pierro, Joia e Ribeiro (2001, p.68):

Em 1990 foi aprovada a Declaração Mundial sobre Educação para Todos, que propunha uma abordagem global do problema educacional no mundo, uma importante ampliação do conceito de educação básica e ações coordenadas em vários níveis. A Declaração deu destaque à educação de jovens e adultos, incluindo metas relativas à redução de taxas de analfabetismo, além da expansão dos serviços de educação básica e

capacitação aos jovens e adultos, com avaliação sobre seus impactos sociais.

O Brasil possui uma extensa história em relação à educação dos jovens e adultos, na qual vários programas já foram instituídos para alfabetizar os jovens adultos e idosos e alguns desses programas conseguiram diminuir um pouco os índices de analfabetismo do país, contudo ainda existe um grande número de analfabetos, como demonstra os dados da pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) estudada pela Associação Alfabetização Solidária (2008, p.09).

A dívida educacional é ainda muito grande, com mais de 14 milhões de analfabetos adultos (IBGE – PNAD 2007), que representam 10% da população brasileira maior de 15 anos, cerca de 31 milhões de analfabetos funcionais segundo o IBGE (21,7% da população maior de 15 anos, que tem menos de 4 anos de estudo) e 40 milhões, segundo o indicador do INAF (Instituto Paulo Montenegro/ Ação Educativa- 2007), o Brasil tem muito a fazer para cumprir as metas como um dos países signatários da Declaração de Dakar<sup>3</sup> (2000).

Dados mais recentes do IBGE demonstraram que a taxa de analfabetismo de pessoas de 15 anos ou mais para os anos de 2013 e 2014 aumentou à medida que a idade avança, atingindo 23,1% para as pessoas de 60 anos ou mais em 2014 e 24,3% em 2013, demonstrando queda de 1,2% nesse grupo etário. Os apresentados demonstram que existe diversidade para o público que precisaria frequentar a EJA, assim fica ainda mais evidente a importância de metodologias mais adequadas.

Perante o que foi exibido até o presente momento este trabalho de conclusão de curso demonstra como problema de pesquisa a seguinte indagação: Quais métodos para educação de jovens e adultos podem colaborar para inseri-los na sociedade atual? Para responder o problema de pesquisa estabeleceram-se os seguintes objetivos: Conhecer os alunos da educação de jovens e adultos; Reconhecer a importância da EJA para inclusão social de seus alunos; Conhecer a história da educação de jovens e adultos no Brasil; Reconhecer o significado do termo andragogia e sua relação com a exclusão social; Conhecer os métodos de Paulo Freire; Identificar métodos para o ensino na EJA, para inserir seus alunos na sociedade atual.

Para o desenvolvimento desta monografia foram utilizados, como instrumento de trabalho, pesquisas bibliográficas e documentais, em livros, teses e artigos acadêmicos e científicos. Segundo Severino (2007, p.122).

A pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos.

Com este instrumento de pesquisa metodológica bibliográfica desenvolve-se um estudo de qualidade, fundamentado a partir de pesquisas realizadas por outros pesquisadores, que buscou o alcance de todos os objetivos levantados e as possíveis respostas sobre o problema apontado em relação ao tema desta monografia.

O capítulo inicial apresenta ao leitor o perfil dos estudantes que frequentam a EJA, apresentando suas diferenças, e especificidade desse grupo, e também trabalha com marcas da exclusão desse público.

No segundo capítulo, será estudada a história da EJA no Brasil, identificando seus métodos educacionais, explicando o significado do termo andragogia e sua relação com a exclusão social, demonstrando a importância de Paulo Freire para educação brasileira.

## **1 OS ALUNOS DA EJA E A EXCLUSÃO SOCIAL**

Esse capítulo inicial apresenta ao leitor o perfil dos estudantes que frequentam a educação de jovens e adultos, que possuem suas diferenças, mas apresentam especificidade no grupo, e as marcas produzidas pela exclusão. O objetivo desta pesquisa é demonstrar a importância dessa modalidade educacional para inclusão social desses alunos, já que, os jovens, adultos e idosos que não sabem ler e escrever, ou não concluíram a educação básica sofrem com rótulos de inúteis e incapazes.

O desenvolvimento deste capítulo comprova que a educação tem um compromisso socioeconômico com todos os cidadãos, ajudando assegurar a igualdade de direitos na sociedade atual.

### **1.1 O perfil dos estudantes que frequentam a EJA**

Para o desenvolvimento de um processo educativo é fundamental considerar o perfil e as características dos alunos da EJA – jovens, adultos, idosos, homens e mulheres que chegam à escola com suas crenças e valores já construídos. São astros de histórias reais e ricos em experiências vividas, e a visão de mundo de uma pessoa que retorna aos estudos já adulta, após um tempo afastado da escola, ou mesmo aquele que inicia sua trajetória escolar nessa fase da vida sem ter frequentado a escola quando criança (BRASIL, 2006).

Ainda tentando traçar um perfil para os alunos da EJA, mas considerando o fato de que cada realidade tem como característica um estereótipo de aluno nas cidades onde há educação para jovens e adultos, as escolas recebem alunos com variados traços de vida, origens, idades, vivências profissionais, históricos escolares, ritmos de aprendizagem e pensamentos (BRASIL, 2006).

Evidentemente os estudantes da educação de jovens e adultos são pessoas que vivem em uma sociedade, que possuem responsabilidades sociais, familiares e do ambiente de trabalho, com valores éticos e morais já estabelecidos a partir da experiência cultural a qual são pertencentes.

Buscando definir alguns princípios pedagógicos na Educação de Jovens e Adultos, foi necessário refletir sobre algumas questões fundamentais, entre elas está “quem são os jovens e adultos atendidos por essa modalidade de ensino?”. Para

tanto estabeleceu Oliveira (2004) três especificidades que caracterizam as pessoas atendidas na Educação de Jovens e Adultos: a etária, a sociocultural e a ético-política.

Como já foi mencionado a EJA apresenta a especificidade etária, esta modalidade educacional está voltada para um público que não se encontra mais na infância, ou seja, não são crianças, mas pessoas jovens, adultas e idosas com experiência de vida e profissional. Ela aponta o olhar voltado para jovens, adultos e idosos, que não tiveram acesso à escola, na faixa etária da chamada escolarização, que pode ser compreendida como período dos 7 aos 14 anos, ou foram “evadidos” ou “expulsos” da escola (OLIVEIRA, 2004, p.59).

Sobre o aspecto etário em relação à EJA, cabe mencionar os dados da pesquisa do IBGE, no Brasil, nos anos 2013 - 2014 que trabalharam com a taxa de analfabetismo entre as pessoas de 15 anos ou mais de idade, e demonstraram que diminuiu o índice de analfabetismo entre um ano e o seguinte, notou-se também que essa taxa de analfabetismo nessa mesma faixa etária é maior entre as mulheres, e vai se intensificando com o aumento da idade tendo predomínio maior entre aquelas que estão acima de 60 anos de idade.

Devido ao fato do público alvo da EJA ser um grupo muito diversificado, ou seja, abrange um público variado, essa diferença de idade entre os alunos, pode gerar dentro da sala de aula obstáculos à formação do grupo, se tornando comum que os mais experientes recriminem os mais jovens e esses por sua vez, se recusem a trabalhar com aqueles (BRASIL, 2006).

Também nesta especificidade etária se desenvolveu uma complexidade que demonstrou que existem diferenças de interesses, de motivações no processo educacional entre esse público. Segundo Oliveira, (2004, p.59-60):

O jovem tem um olhar para o futuro e está ligado às inovações tecnológicas, às mudanças que ocorrem no mundo. O adulto está interessado na vida profissional, na sua inserção no mercado de trabalho, olhando para a sua situação de vida presente. O idoso busca ser cidadão, viver a sua vida em sociedade, sendo respeitado como pessoa e pelo seu passado, pela sua história de vida. Almeja viver na sociedade com dignidade.

A segunda especificidade utilizada para caracterizar as pessoas atendidas na Educação de Jovens e Adultos foi a sociocultural, que emprega suas atividades educativas prevalece sobre determinados grupos de pessoas de uma determinada

classe social e cultural, ou seja, jovens, adultos e idosos de uma classe economicamente baixa.

De modo geral, são trabalhadores assalariados, do mercado informal ou do campo, que lutam pela sobrevivência na cidade ou no interior, apresentando em relação à escola uma desconfiança, por não terem tido acesso à escola ou já terem sido evadidos. Jovens, adultos e idosos “marginalizados” pelo sistema econômico-social, vistos como “analfabetos” e muitas vezes considerados “incapazes de aprender” (OLIVEIRA 2004, p.60).

Estudando esse aspecto sociocultural, a pesquisa do IBGE também demonstrou que no período entre 2004 e 2012 ocorreu o aumento de 7,2% na taxa de alfabetização das pessoas com 15 anos ou mais, entre as pessoas mais ricas apresentaram um crescimento pequeno em relação aos índices de alfabetização mantendo-se em torno de 98%, porém essa taxa desse grupo já é bastante elevada se comparada com os mais pobres, que apresentaram um aumento muito significativo e notável que passou de 77,1% para 84,4%. Contudo, esse grupo economicamente mais pobre ainda apresenta um índice baixo para a taxa de alfabetização brasileira (BRASIL, 2014).

Ainda buscando traçar perfil do aluno da educação de jovens e adultos no aspecto sociocultural:

[...] o adulto, no âmbito da educação de jovens e adultos, não é o estudante universitário, o profissional qualificado que frequenta cursos de formação continuada ou de especialização [...]. Ele é geralmente o migrante que chega às grandes metrópoles proveniente de áreas rurais empobrecidas, filho de trabalhadores rurais não qualificados e com baixo nível de instrução escolar (muito frequentemente analfabetos), ele próprio com uma passagem curta e não sistemática pela escola e trabalhando em ocupações urbanas não qualificadas, após experiência no trabalho rural na infância e na adolescência, que busca a escola tardiamente para alfabetizar-se ou cursar algumas séries do ensino supletivo (OLIVEIRA, 2009, p. 59 *apud* OLIVEIRA, 2014, p.08).

A terceira especificidade é a ético-política, já que, existe uma relação de poder entre os que possuem escolarização e os que não possuem escolarização, entre os que os alfabetizados e os que não são alfabetizados, essa relação de poder estabelecida através de representações e práticas discriminatórias e excludentes. E também alguns rótulos como “burras”, “mobral” etc., demonstram um sofrimento ético-político de injustiça perante aqueles que são escolarizados e um sentimento de inferioridade e de incompetência, inclusive com a perda da autoestima frente a sua família e ao seu grupo social (OLIVEIRA, 2004).

Tratando ainda do aspecto que envolve uma hierarquia entre aqueles que possuem educação formal e os que não possuem, ou seja, a especificidade ético-

político que vigora entre aqueles que frequentaram a escola e os que não frequentaram Oliveira (2009, p.09) menciona que:

O analfabetismo é um indicador cultural que nomeia formas de diferenças, sendo o indivíduo não alfabetizado em relação ao alfabetizado visto por meio de representações entre as quais: “ignorante”; “incapaz de ver o mundo”, pelo fato de não saber ler e assinar o nome; “dependente”; incapaz de tomar decisões próprias e “inferior,” estando a inferioridade associada à pobreza, firmando sua posição limite como indivíduo e sua posição de classe.

Já para Santos (2003), essa relação de que o analfabeto, ou, o pouco escolarizado é visto pela sociedade pela a ideia de pertencer a uma posição inferior é levada em consideração por muitos grupos sociais, impedindo que esses jovens, adultos e idosos não tenham uma perspectiva de futuro melhor.

Essa impossibilidade de visualização do futuro deve ser relativizada, uma vez que é bastante difundida, nos meios populares, a idéia de que “aquele que não estuda puxa carroça”, vai ser “oreia seca” ou “motorista de fogão”. Ou seja, sabe-se que, quando se sai da escola, as possibilidades em relação ao futuro profissional e à inserção social ficam reduzidas a poucas opções (SANTOS, 2003, p.114).

Essa falta de perspectiva de futuro diminui a possibilidade de melhoria de vida para os que não possuem escolarização, já que permanecem imóveis, mantendo a relação de poder que se demonstra como uma forma de expressão do aspecto ético-político, segundo a pesquisa do IBGE quando analisaram as características da população desocupada no Brasil, foram destacadas as seguintes particularidades: na maioria são mulheres jovens com idade entre 18 a 24 anos de idade e não tinham completado o ciclo de educação básica, o que afeta de forma direta a imobilidade social desse grupo identificado como pertencentes à EJA (BRASIL,2014). Essa imobilidade foi interpretada como uma forma de expressão do aspecto ético-político.

Analisando os dados dessa pesquisa e considerando as ideias de Santos (2003), a ausência, ou pouca escolarização mantém esse determinado grupo preso a sua situação econômica e posição social, garantindo a continuação do ciclo da exclusão social daqueles que não se englobam nos perfis sociais.

Para conseguir estabelecer um trabalho educacional com métodos adequados visando garantir a qualidade na Educação de Jovens e Adultos foi preciso desenvolver um trabalho de análise de reconhecimento de que são os jovens, adultos e idosos atendidos por essa modalidade de educação, e de sua condição social: de “não-crianças”, “excluídos” e “membros de determinados grupos

e classes sociais”. Considerando como desfavorecida sua situação social, econômica e política e com pouca expectativa de mudança.

Os adultos que não frequentaram, ou, não completaram os estudos, são socialmente excluídos, essa exclusão produz marcas na sociedade e a história da educação brasileira demonstra que essa é produto de séculos de lutas a procura de educação básica para todos os cidadãos.

## **1.2 Marcas da exclusão**

Segundo os pensamentos de Paulo Freire (1960) citado pelo MEC (2006), conhecer a realidade do aluno da EJA, faz com que se reconheça que o analfabetismo não é somente uma questão pedagógica, mas também sociopolítica.

Já para Santos (2003), a “educação ainda que tardia” significa a luta pela a liberdade, a maneira pela qual se busca por um fim, o diminuir a situação de oprimidos “dos primórdios da era colonial”, e que embora tenham se passado mais de 500 anos, essa luta ainda continua sendo atual. A autora completa dizendo que a exclusão precoce da escola, faz como suas vítimas milhares de brasileiros, os quais tem seu direito à educação básica negados, fazendo que essa exclusão escolar, seja “um dos maiores problemas do sistema educacional brasileiro”, comprometendo a construção “de uma sociedade mais justa e igualitária” (SANTOS, 2003, p.108).

A história da educação brasileira é produto de séculos de lutas históricas do país à procura de educação básica para todos os cidadãos. Para Conceição (2008) a sociedade brasileira foi construída através de um processo de colonização, no qual os grupos dominantes tomaram para si os privilégios, entre eles a educação, para as camadas populares, principalmente “seus jovens e adultos pouca ou nenhuma atenção receberam no bojo das políticas públicas” (CONEIÇÃO, 2008, p.51).

A evolução da história mostra o direito à educação se abrangendo ao povo, com a criação de leis, visando tornar a educação escolar que antes era de poucas partes da população em uma coisa pública. Fazendo uma análise histórica sobre a exclusão social Conceição (2008, p.51) cita que:

Os grupos dominados - índios reduzidos, negros escravizados, colonos imigrantes e as gerações oriundas dos relacionamentos inter-raciais desses grupos - estiveram preteridos da garantia dos direitos civis, políticos e sociais. A ausência desses direitos - e de sua garantia - foi a prova mais evidente da exclusão social, responsável pelos altos índices de exclusão escolar apresentados nas séries estatísticas ao longo da nossa história,

denunciando a falta de cidadania educacional negada a uma parcela significativa da população.

Buscando realizar a análise histórica sobre a exclusão social dos brasileiros não alfabetizados, Di Pierro, Joia e Ribeiro (2001) falam sobre as desenvolvidas para tentar minimizar o analfabetismo. No Brasil, a educação de jovens e adultos ganhou campo na política educacional a partir da década de 1940, e também adquiriram iniciativas concretas para garantir “os benefícios da escolarização a amplas camadas da população até então excluídas da escola”, contudo na Constituição de 1934 já havia mencionado a necessidade de oferta de educação aos adultos, mais somente nos anos 1940 e 1950 o governo instaurou ações e programas de alfabetização como:

A criação do Fundo Nacional de Ensino Primário em 1942, do Serviço de Educação de Adultos e da Campanha de Educação de Adultos, ambos em 1947, da Campanha de Educação Rural iniciada em 1952 e da Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo em 1958 (DI PIERRO; JOIA; RIBEIRO 2001, p.59).

Esses autores também mencionaram que a Campanha de 1947, instaurou no país uma série de reflexões pedagógicas sobre o analfabetismo e suas consequências psicossociais, toda via, não ocorreu à criação de uma proposta metodológica exclusiva para a alfabetização de adultos. Isso ocorreu nos anos 1960, quando:

O trabalho de Paulo Freire passou a direcionar diversas experiências de educação de adultos organizadas por distintos atores, com graus variados de ligação com o aparato governamental. Foi o caso dos programas do Movimento de Educação de Base (MEB), do Movimento de Cultura Popular do Recife, ambos iniciados em 1961, dos Centros Populares de Cultura da União Nacional dos Estudantes, entre outras iniciativas de caráter regional ou local (DI PIERRO; JOIA; RIBEIRO 2001, p.60).

Analisando a história da educação de jovens e adultos brasileira, é notável o número de programas e movimentos de alfabetização introduzidos pelo governo, esses visavam democratizar as oportunidades para as partes da população até então excluídos, e segundo Di Pierro (2001), no período dos anos 1950 até o final dos 1980, o governo federal implementou diversas campanhas e programas de alfabetização, como por exemplo: “O Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), instituído pelo regime militar entre 1971 e 1985”, que com a criação da Lei 5692/71, a partir da qual os que não possuíam, ou, não haviam concluído a escolaridade básica na idade adequada, passaram a ter o direito a educação organizados em diversas modalidades de ensino como: “os Exames Supletivos e

dos Centros de Estudos Supletivos de frequência não obrigatória, dentre outros programas”.

Para Marques (2009) a sociedade contemporânea atual, exclui os jovens e adultos analfabetos analisando o lugar social ocupado pelos mesmos, que são vistos como um grupo homogêneo.

Existem diferentes situações motivadoras para levarem as pessoas interromperem o processo de educação formal, segundo o estudo realizado por Santos (2003, p.112) essa interrupção revelou que:

[...] Esse acontecimento é vivenciado de maneiras diferentes pelos sujeitos que o experienciam. Entretanto, se há diferenças no modo como o fato de ser excluído da escola é entendido e vivido por cada um, ao analisar horizontalmente as trajetórias percebeu-se haver, no interior dessa aparente diversidade, maneiras bastante próximas de vivenciá-lo.

O abandono, ou o fato de nunca ter frequentado a escola, deixa muitos brasileiros em situação de exclusão social, ou seja, essas pessoas que frequentaram mais não terminaram a educação básica garantida por lei, ou então, que não tiveram contato com tal educação, são excluídos e taxados socialmente como seres incapazes e inúteis. Essa exclusão segundo a publicação “Alunas e alunos da EJA” do Ministério da Educação (MEC) e da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) deixa as seguintes marcas na vida dessas pessoas: A condição socioeconômica; A baixa autoestima; e A marca do trabalho.

Como já foi mencionada a falta de educação básica, causa a exclusão, esta por sua vez, apresenta marca no aluno da EJA, a primeira delas é: A condição socioeconômica, como já foi mencionada os alunos da EJA são “os homens, mulheres, jovens, adultos ou idosos” que são pertencentes a uma mesma classe social, e se tratam de pessoas com:

Baixo poder aquisitivo, que consomem, de modo geral, apenas o básico à sua sobrevivência: aluguel, água, luz, alimentação, remédios para os filhos (quando os têm). O lazer fica por conta dos encontros com as famílias ou dos festejos e eventos das comunidades das quais participam, ligados, muitas vezes, às igrejas ou associações. A televisão é apontada como principal fonte de lazer e informação. Quase sempre seus pais têm ou tiveram uma escolaridade inferior à sua (BRASIL, 2006, p. 15).

Essa marca de exclusão para o pensador Freire (1960), citado pelo MEC (2006) demonstrar que é necessário educar a favor dos pobres, já que, o educar promove a transformação da sociedade que até hoje é geradora da pobreza.

Outra marca da exclusão presente nos estudantes da Educação de Jovens e Adulta é a baixa autoestima, que recebe o agravante da situação de fracasso escolar, que no seu período de acesso a escola, em alguns casos foi assinalada pela exclusão e ou fracasso escolar. Contendo esse desempenho anterior afetado esse aluno retorna a sala de aula demonstrando uma imagem:

Fragilizada, expressando sentimentos de insegurança e de desvalorização pessoal frente aos novos desafios que se impõem. Esta não é uma pergunta fácil de responder. O fracasso escolar é hoje objeto de estudos das áreas da Educação e da Psicologia. Suas causas apontam para uma diversidade e complexidade de fatores, ligados ao psiquismo do aluno: forma como ele interage com o ambiente escolar, modo como estabelece relações com o saber e com o aprender, seu relacionamento com os professores e com os colegas, suas relações familiares, os vínculos que constrói com o conhecimento, etc.; à estrutura da escola: as características, o modelo pedagógico adotado, o perfil dos professores, etc. (BRASIL, 2006, p. 16).

A última marca da exclusão que pode ser identificada nos estudantes da EJA é o trabalho, que na grande maioria os estudantes dessa modalidade de ensino são trabalhadores que iniciaram suas experiências no mercado de trabalho muito cedo (BRASIL, 2006). Considerando também as especificidades dos moradores do campo e das cidades, já que nas áreas urbanas:

Seus pais saíam para trabalhar e muitos deles já eram responsáveis, ainda crianças, pelo cuidado da casa e dos irmãos mais novos. Outras vezes, acompanhavam seus pais ao trabalho, realizando pequenas tarefas para auxiliá-los (BRASIL, 2006, p. 19).

Nas regiões rurais, a participação no mundo do trabalho começa ainda mais cedo: cuidar da terra, das plantações ou da criação de animais; auxiliar nos serviços caseiros. Muitas vezes, acompanhando os pais e irmãos mais velhos, é comum encontrar um grande número de crianças e jovens já mergulhados no trabalho. Nessas regiões, os horários, os períodos de colheita, de chuva e de seca marcam a vida cotidiana das pessoas e isto, aliado às grandes distâncias, configura condição bastante precária para a escolarização.

Se cada região de nosso país tem suas particularidades em relação às demais, todas as salas de EJA se unificam em torno deste fato: a grande maioria dos alunos são trabalhadores que chegam para as aulas após um dia intenso de trabalho. É claro, que estas mesmas salas apresentam um número significativo de desempregados e de trabalhadores temporários ou informais (BRASIL, 2006, p. 19).

Para garantir um trabalho educacional de qualidade na EJA, é preciso trabalhar com métodos adequados para o seu público alvo, também reconhecer as marcas que a exclusão produziu ao longo da história, e as quais foram às ações

desenvolvidas pelo governo para buscar minimizar os problemas sociais causados pelo analfabetismo, já que segundo está prescrita na lei, a educação é um direito de todos os cidadãos.

## **2 A EJA COMO ESPAÇO PARA INSERÇÃO SOCIAL**

Neste capítulo será desenvolvida a identificação dos métodos educacionais utilizados na EJA, através do estudo da história dessa modalidade de ensino no Brasil, explicando o significado do termo andragogia e sua relação com a exclusão social, demonstrando a importância de Paulo Freire para educação brasileira, com o objetivo apresentar métodos para o ensino da modalidade da EJA, para inserir seus alunos na sociedade atual. Buscou-se através do desenvolvimento dessas análises de estudo encontrar a resposta para a problemática dessa monografia.

### **2.1 Ensino dos adultos da EJA**

Cada sociedade vive de acordo com seu tempo, e exige um tipo diferente de escola, com a modernidade surgiu a ideia de infância, e a escola como a que conhecemos hoje, desde então a instituição passou a ser o local para o processo de socialização das crianças (PERES, 2006).

Com o marco histórico da criação da infância, a escola se transformou para atender as necessidades da sociedade daquela época, passando a atender especialmente o público infantil.

Talvez seja pela criação da infância, que por muito tempo, a psicologia manteve seu foco no processo de desenvolvimento da criança e do adolescente, já que, acreditava-se que o desenvolvimento humano ocorria nessa fase da vida, e que depois de adultas as pessoas consolidavam e quando idosas se deterioravam. Porém, os estudos mais recentes demonstraram que mesmo depois de adultas o desenvolvimento psicológico continua acontecendo, pois esse é um processo que ocorre durante toda a vida (BRASIL, 2006).

Como já identificado, os alunos da Educação de jovens e adultos, não são crianças, mais sim, jovens, adultos e idosos, repletos de experiências e conhecimentos adquiridos ao longo de suas vidas. Para promover o desenvolvimento educacional com público alvo da EJA, precisa-se de metodologias específicas em seu processo educacional, porque:

Os adultos possuem mais experiência que os adolescentes e podem ter acumulado uma maior quantidade de conhecimentos. Talvez sejam menos rápidos, mas podem oferecer uma visão mais ampla, julgar melhor os prós e os contras de uma situação e ter boa dose de criatividade (BRASIL, 2006, p.05)

Por não serem mais crianças, os alunos da EJA, chegam à escola, repletos de conhecimentos originados de sua vida social, familiar e profissional, esses conhecimentos estão relacionados ao seu cotidiano, esse por sua vez, orientar o processo educacional desses estudantes, que buscam na escola:

Mais do que conteúdos prontos para serem reproduzidos. Como cidadãos e trabalhadores que são, esses alunos querem se sentirem sujeitos ativos, participativos e crescer cultural, social e economicamente (BRASIL, 2006, p.11)

Entende-se que para conseguir uma educação de qualidade todo processo educativo deve considerar a bagagem trazida pelos estudantes, na EJA esta bagagem é maior, e segunda a publicação do MEC e da SECAD (2006) está ligada a dois tipos de saber: o sensível e o cotidiano. O saber sensível é compreendido como o “saber do corpo”, gerado na primeira relação com o mundo e constituído na “percepção das coisas e do outro”, e que todos possuímos, também, é através dele que os estudantes se abrem para os conhecimentos educacionais. O segundo saber citado acima é o saber cotidiano é um “Um saber reflexivo, pois é um saber da vida vivida, saber amadurecido, fruto da experiência, nascido de valores e princípios éticos, morais já formados, anteriormente, fora da escola”.

Os alunos da EJA quando retornam, ou, iniciam o estudo na fase adulta, são carregados de saberes que influenciam em suas vidas, e que buscam na escola uma forma de melhorarem algum aspecto em suas vidas, por isso, que MEC cita Freire, que em 1960, levantou uma questão importante, na qual a educação deve trabalhar com temas que tenham significado para os estudantes.

Além de demonstrar a importância do estudo desenvolvido de maneira contextualizada com a realidade dos alunos, Freire (2016) mostra que educação não pode ocorrer sem estar ligada com os propósitos sociais e políticos. Por volta de 1970, em seu livro “Pedagogia da esperança”, quando fala sobre sua teoria da aprendizagem o autor menciona:

A teoria da aprendizagem de Freire, se disse mais ou menos nos anos 1970, está subordinada a propósitos sociais e políticos, e uma teoria assim se expõe aos riscos da manipulação, como se houvesse a possibilidade de uma prática educativa em que professoras, professores, alunos e alunas pudessem estar absolutamente isentos do risco da manipulação e de suas consequências. Com se fosse ou tivesse sido possível, em algum tempo, a existência de uma prática educativa distante, fria, indiferente, com relação a propósitos sociais e políticos (FREIRE, p.111,2016).

Freire (2016) também defende que não é possível ignorar o saber do senso comum, que o professor como o responsável por acarretar a aprendizagem deve

procurar sempre partir desse conhecimento já adquiridos pelos estudantes para que possam supera-los.

[...] a passagem do conhecimento ao nível do saber de experiência feito, do senso comum, para o conhecimento do resultante de procedimentos mais rigorosos de aproximação aos objetos cognoscíveis. E fazer essa superação é um direito que as classes populares têm (FREIRE, p.116, 2016).

Na EJA os alunos chegam ao processo de ensino aprendizagem carregado de saberes oriundos de sua experiência de vida. Freire (2016) defende que os educadores devem respeitar tais saberes culturais e partirem desses para gerar a alfabetização. Em seu método de alfabetização de jovens e adultos ele faz o uso das palavras geradoras, pois deixa claro que não pode-se perder a noção do local ou a de mundo. O autor também relata que para as classes dominantes é vantajoso que a classes dominadas saibam menos, para que não participem da aprendizagem política, dos discursos “pragmáticos”, e também para serem dominados com mais facilidade (FREIRE, p.127, 2016).

Paulo Freire acredita que a educação promove a inclusão das pessoas e as libertas da dominação, da utopia das classes dominantes, por isso ele explica como pode ocorrer a libertação:

Homens e mulheres, ao longo da história, vimos-nos tornando animais deveras especiais: inventamos a possibilidade de nos libertar na medida em que nos tornamos capazes de nos perceber como seres inconclusos, limitados, condicionados, históricos. Percebendo, sobretudo, também, que a pura percepção da inclusão, da limitação, da possibilidade, não bata. É preciso juntar a ela a luta política pela transformação do mundo A libertação dos indivíduos só ganha profunda significação quando se alcança a transformação da sociedade (FREIRE. p. 138, 2016).

O autor explica que os indivíduos são capazes de se libertar na medida em que se percebem como seres inacabados, com limites, dependentes e com história. Não basta somente perceber essa situação para que ocorra a inclusão, a liberdade trazida pela educação só terá significado quando produzir a transformação social.

Para demonstrar a importância da educação para liberdade das classes dominadas e excluídas da sociedade, Freire (2016) relata um acontecimento em sua experiência com EJA, em Coimbra, em que uma senhora desse grupo recolheu uma propaganda que fora disposta em sua casa pela madrugada, e por conseguirem ler o que havia nela, o povoado se recusou a participar de tal manifesto ao qual o panfleto se dirigia:

Não foi preciso fazer-se discurso sobre a luta de classes, que, na verdade, existe, durante o curso de alfabetização, para que ela e seus companheiros,

na hora certa, percebessem a relação entre a leitura da palavra, a leitura do mundo e sobre tudo a transformação do mundo [...] (FREIRE, 2016, p. 242, 2016).

Com isso Paulo Freire conseguiu demonstrar a importância da educação para que um povo possa participar da sociedade, exercendo seu papel de cidadão, podendo opinar expressando sua opinião, sem serem oprimidos por aqueles que se julgam serem dominantes por terem o domínio da linguagem oral e escrita.

Freire (2016) menciona que é através da aprendizagem que o povo que é esmagado, renegado, por aqueles que têm seus privilégios, que dominam os mais fracos, que essa é a melhor forma de ganhar voz, de diminuir as injustiças.

Cada sociedade vive de acordo as necessidades de seu tempo, o que exige a transformação da escola para alcançar as demandas sociais. Primeiramente com a criação da infância a educação ficou restrita ao público infantil, contudo a sociedade foi mudando e surgiu à necessidade de uma educação volta para jovens e adultos. Por serem diferentes das crianças, os alunos da EJA, precisam de métodos que valorizem seus conhecimentos já adquiridos na vida, Paulo Freire criou um método específico para atender as necessidades dos estudantes da EJA.

## **2.2 Métodos específicos para o ensino dos estudantes da EJA**

A educação de jovens e adultos no Brasil acontece desde a época do país colônia e império. Segundo Haddad e Di Pierro (2000) no período colônia, a educação era responsabilidade dos religiosos, que educavam em maior número os adultos, primeiramente os indígenas e posteriormente os escravos, eles além de evangelizar também transmitiam normas de comportamento e ofícios precisos para manter a economia.

Já na época do império, a Constituição de 1824, garantia educação para todos os cidadãos, contudo, uma pequena parte da população possuía cidadania, como consequência, somente a população que pertencia à elite possuía direito a educação, com isso, no final do império, cerca d 82% da população maior de cinco anos de idade, eram analfabeta (HADDAD; DI PIERRO, 2000).

Durante a primeira república, a constituição de 1891 tornou a educação básica como responsabilidade da união o ensino secundário e superior, já as províncias e municípios o ensino elementar:

A nova constituição estabeleceu a exclusão dos adultos analfabeto da participação pelo voto, isto em um momento em que a maioria da população adulta era iletrada (HADDAD; DI PIERRO 2000, p.109).

Por volta de 1940, que começou a surgir preocupação com a educação de jovens e adultos, com pensamento pedagógico e, ou, políticas educacionais específicas. Contudo, em 1920, o movimento de educadores e da população, para a melhoria e ampliação do número de escolas, gerou boas condições para a implementação de políticas públicas para a educação de adultos.

Na década de 1940, quando começaram as primeiras iniciativas governamentais para lidar com o analfabetismo entre adultos, entendia-se que o seu fim seria fundamental para o crescimento econômico do país. O analfabetismo era visto como um mal social e o analfabeto como um sujeito incapaz (BRASIL, 2006, p.26).

Já na era Vargas, no fim de 1940, a educação de adultos foi reconhecida e recebeu tratamento específico o que promoveu o aumento das verbas e responsabilidades do estado, em relação à educação de adolescentes e adultos (HADDAD e PIERRO, 2000).

O ocorreu na era colonial, imperial e na primeira república, foram ações fragmentadas e ineficazes em prol a educação de adultos, já a partir de 1940, tornou-se necessário a educação da população até então excluída, para a qualificação para o trabalho, para voto e para que o país se desenvolva, já que:

A década de 1950, por sua vez, viu no adulto analfabeto um eleitor em potencial, uma vez que, nessa época, analfabeto não votava. Era a crença na participação de todos - como eleitores - para o desenvolvimento do país (BRASIL, 2006, p.26).

No período de 1959 a 1964, a educação de adultos entra no seu melhor período, já que, em 1958, o II Congresso Nacional de Educação de adultos no Rio de Janeiro, reconheceu que:

A atuação dos educadores de adultos, apesar de organizada como subsistema próprio, reproduzia, de fato, as mesmas ações e características da educação infantil. Até então, o adulto não-escolarizado era percebido como um ser imaturo e ignorante, que deveria ser, atualizado com os mesmos conteúdos formais da escola primária, percepção está que reforçava o preconceito contra o analfabeto (PAIVA, 1973 *apud* HADDAD e DI PIERRO, 2000, p.112).

Até o momento, a educação de jovens e adultos era desenvolvida sem métodos específicos e somente praticada por uma pequena parte privilegiada da sociedade, causando a exclusão da maioria, mais a partir do II Congresso à educação para esse público passa a mudar:

[...] marcava o congresso o início de um novo período na educação de adultos no Brasil, aquele que se caracterizou pela intensa busca de maior eficiência metodológica e por inovações importantes neste terreno, pela reintrodução da reflexão sobre o social no pensamento pedagógico brasileiro e pelos esforços realizados pelos mais diversos grupos em favor da educação da população adulta para a participação na vida política da nação (PAIVA, 1973 *apud* HADDAD e DI PIERRO, 2000, p.112).

No período de 1959 a 1964, foram criadas várias campanhas de alfabetização de jovens e adultos, o que caracteriza que essa modalidade de educação passou a ser reconhecida, e que necessitava de um tratamento pedagógico e didático específico. Foi neste período que as ideias de Paulo Freire, de educação libertadora ganham repercussão nacional.

No começo da década de 1960 a alfabetização juntou-se aos movimentos estudantis e sindicais e a questão do analfabetismo passou a ser vista como consequência direta da pobreza e de uma política de manutenção de desigualdades. Foi nesse contexto que as idéias de Paulo Freire ganharam dimensão nacional. Sua proposta inovadora pregava a necessidade de uma alfabetização voltada para a libertação, para a conscientização dos homens e mulheres como sujeitos capazes de transformar a realidade social. A educação passou a ser entendida com um ato político (BRASIL, 2006, p.26).

A partir de Freire, a EJA vem caminhando na construção de uma educação “democrática e libertadora, comprometida com a realidade social, econômica e cultural dos mais pobres” (BRASIL, 2006, p.27).

Com a introdução dos métodos de Paulo Freire a educação de jovens e adultos passou a acontecer de acordo com um novo paradigma, no qual os conhecimentos trazidos pelos alunos são a fonte para que sua educação ocorra de maneira significativa, ou seja, as situações reais dos alunos da EJA passaram a ser a base para estabelecer o conhecimento escolar. Contudo, hoje ainda existem pessoas que não são vistas com igualdade pela sociedade, por não conseguirem entender o que leem, por não lerem ou escreverem, ou seja, por estarem caracterizadas como analfabetas funcionais, ou por serem analfabetas.

O avanço da alfabetização de adultos foi interrompido pela a inserção da ditadura militar em 1964, o estado autoritário repreendeu os programas de educação de adultos que contrariavam os seus interesses e auxiliavam os interesses da população. Como o estado tinha na educação uma importante função social para manter o seu controle, fundou o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) e mais tarde o Ensino Supletivo (HADDAD; DI PIERRO, 2000).

A história da educação de adultos é longa, porém é importante para demonstrar que em todas as épocas houve a exclusão social, que a educação se

tornou privilégio para uma parte das pessoas, que diversas ações ocorreram e mudaram isso, mais que ainda existe muito a se fazer.

O governo Brasileiro vem desenvolvendo diversas ações para a educação de adultos. Em 1995, ocorreu a reforma educacional da educação nacional, essa teve como objetivo:

Descentralizar os encargos financeiros com a educação, racionalizando e redistribuindo o gasto público em favor da prioridade ao ensino fundamental regular. Essas diretrizes de reforma educacional implicaram que o Ministério da Educação (MEC) mantivesse a educação básica de jovens e adultos em posição marginal entre as prioridades das políticas públicas de âmbito nacional (HADDAD, 2007, p.197).

Mais uma vez a EJA voltou a seguir os passos da educação formulada por Paulo Freire, já que, depois da visita do professor a São Paulo, em 1990, os governos municipais que eram progressistas, retornaram a desenvolver programas de educação de adultos desenvolvendo um trabalho inspirado nas experiências antecedentes ao regime militar. O Movimento de Alfabetização (MOVA), programa criado na gestão de Freire, expandiu-se por todo o Brasil, esse modelo de educação fortaleceu a sociedade civil a ação da EJA e as experiências educacionais desse campo (HADDAD, 2007).

A história da educação mostrou que ela foi se transformando de acordo com as necessidades das sociedades, Até chegar ao modelo educacional atual que promove a exclusão dos adultos e idosos porque, a educação valoriza a formação da mão de obra qualificada para o sistema capitalista, e o trabalhador mais velho é sinônimo de obsoleto, ultrapassado, que deveriam ser substituído por trabalhadores mais novos, atualizados. Então o trabalho mais experiente se viu obrigado a se qualificar para aumentar sua oportunidade de emprego, nasce andragogia, que é a educação voltada para os adultos. Segundo Peres (2006, p.71) quando falamos em:

Requalificação, reciclagem profissional ou atualização de conhecimentos como práticas destinadas a aumentar o nível de empregabilidade dos trabalhadores, estamos tratando do que se chama educação andragógica, compreendida, entretanto, sob um viés funcionalista, tal qual ocorre com a tradicional educação formal pedagógica. Observa-se como o discurso da empregabilidade atribui ao próprio trabalhador a “culpa” ou responsabilidade pelo seu desemprego, pela sua exclusão do mercado de trabalho. Nessa lógica, o trabalhador mais velho é excluído por não se atualizar, por não se fazer “empregável” para o sistema produtivo (PERES, 2006, p.71).

Os estudantes da EJA necessitam que sua educação ocorra com métodos apropriados para sua realidade, já que sua aprendizagem só é significativa quando o que lhe é ensinado tem contextualidade com a realidade que pertence, o contexto

histórico da educação no Brasil mostrou a necessidade de uma educação andragógica, com uso de métodos apropriados para salas de aulas da EJA.

Neste contexto cabe mencionar o método de Paulo Freire que visa uma educação libertadora, que tem uma importância significativa para EJA, Carlos Rodrigues Brandão (1984), em seu livro: “O que é método Paulo Freire”, explica como o mesmo funciona.

Segundo autor, muitos métodos de alfabetização desenvolvessem com material pronto, antes mesmo de se conhecer os alunos. Nesses acredita-se que ensinar é preencher a cabeça do estudante, já o método de Freire foi construído pensando na ideia do diálogo entre professor e aluno, no qual quem ensina não traz o material pronto, mas o constrói à medida que conhece a realidade de seus alunos (BRANDÃO, 1984).

Outro aspecto importante destacado no método de Paulo Freire é a coletividade do ato de ensino-aprendizagem, já que, a educação não é simplesmente o fato de ensinar algo a alguém, assim como ninguém se educa sozinho, não deve ser imposta, mas sim, construída através do diálogo (BRANDÃO, 1984).

Para Brandão (1984) a primeira etapa do método Freire é o levantamento do universo vocabular, que da origem as palavras geradoras, que não devem ser muitas. E a criação das fichas, para os momentos de diálogos que por sua vez, dão origem aos temas geradores que serão trabalhados durante todo o período de alfabetização.

O autor demonstra que o método de Paulo Freire aproxima professor e aluno, através do trabalho desenvolvido com diálogo que ocorre a pesquisa do universo vocabular, fazendo com que o processo de educação ocorra de maneira mais significativa, porque parte da realidade daquele grupo. Segundo Brandão a pesquisa é a primeira etapa do método, e que:

[...] A todo o momento é preciso fugir da imagem da pesquisa tradicional, que se alimenta justamente da oposição pesquisador/ pesquisado. O que se “descobre” com o levantamento não são homens-objeto, nem é uma “realidade neutra”. São os pensamentos linguagens das pessoas. São falas que, a seu modo, desvelam o mundo e contêm, para a pesquisa, os temas geradores falados através das palavras geradoras (BRANDÃO, p. 27, 1984).

Esse levantamento das palavras é fundamental para as próximas etapas, já que para Brandão (1984) as palavras geradoras são o centro do método. A partir

dessas que são o ponto de referência para os momentos de debates, discussões em círculos.

As palavras geradoras são instrumentos que durante o trabalho de alfabetização, conduzem os debates que cada uma delas sugere e à compreensão de mundo a ser aberta e aprofundada com diálogos dos educandos em torno aos temas geradores, instrumentos de debate de uma fase posterior do trabalho do círculo (BRANDÃO, 1984, p. 39-40, 1984).

O autor explica que Freire pensou nos temas geradores para serem utilizadas na fase pós-alfabetização, mas que hoje não costuma-se mais dividir o trabalho de pesquisa e produção do material, do de descoberta, mas sim, procura-se trabalhar ambos níveis juntos (BRANDÃO, p.38 e 39, 1984).

Outro ponto importante do método de Paulo Freire são que as palavras geradoras dão origem às fichas de cultura, que segundo Brandão (1984) se trata de desenhos realizados em cartazes ou apresentados por meio de slides, elas provocam os primeiros momentos de debates, trocas de ideias. Por serem oriundas da cultura do grupo, devem conduzir a outras ideias, conceitos que serão discutidos durante todo o trabalho da alfabetização (BRANDÃO, 1984).

Brandão (1984) destaca que o material do método de Freire está criado, mas nunca acabado, já que, esse precisa ser ajustado de acordo com as necessidades, condições de cada lugar. O método Freire mostra o caminho para o professor seguir, não o impõe, não é como um manual de instruções, ou uma receita par ser seguido à risca, por isso esse pode ser replanejado para atender a realidade de cada grupo.

A história da educação no Brasil demonstrou que essa foi se transformando de acordo com as necessidades das sociedades a que está inserida, e a sociedade atual necessitava de uma educação andragógica, ou seja, uma educação volta para os alunos da EJA, com métodos apropriados para esse público. Paulo Freire é o criador do método para a educação de jovens e adultos, esse considera os conhecimentos dos alunos e valoriza a relação de diálogo entre professor e aluno, o que demonstra a importância do papel do educador na EJA.

### **2.3 O papel do professor da EJA**

Os estudantes da EJA necessitam que o seu estudo seja desenvolvido com métodos específicos para essa modalidade da educação, já que sua maneira de aprender é diferente das crianças, contudo para que essa educação ocorra da

maneira apropriada é preciso que o professor da educação de adultos esteja bem preparado para trabalhar com esse público.

Para Ribeiro (1999), as pesquisas que estavam sendo realizadas naquela época demonstraram vários problemas relacionados à formação dos professores do ensino fundamental e da educação de jovens e adultos, a autora destacou a falta de formação dos profissionais que atuam na modalidade da EJA, ocasionando em um modelo inadequado de educação.

Para Brandão (1984), a tarefa do professor é de criar outra educação, já que a “do colonizador”, ou, a “do opressor” do poder, defende os interesses da classe dominante, está é do passado, porque confirma a desigualdade social (BRANDÃO, 1984 p.85).

O educador que trabalha com EJA, precisa ter a consciência de que seus alunos são jovens, adultos e idosos, e tratá-los com tal, com muito respeito e dignidade. Ribeiro (1999) relatou sua experiência ao visitar um núcleo de educação de adultos em um bairro periférico de São Paulo, na qual presenciou a professora da sala de aula, apresentar seus alunos chamando-os de crianças, os quais se sentiram constrangidos e dirigiram seus olhares para os visitantes, contudo o que mais surpreendeu foi a frase que se encontrava na lousa “o gato comeu milho na gamela do Guto.

A frase que a professora utilizou para apresentar seus alunos pode ser uma demonstração de carinho pelos mesmos, contudo ocasionou uma situação de constrangimento para eles, e a escrita da lousa demonstra como a educação de adultos é desenvolvida de maneira similar a educação infantil. Ribeiro desta que:

[...] a perspectiva assistencialista e infantilizadora da educação de jovens e adultos é um fator que prejudica a constituição do campo, limitando as condições de se ofertar aos educadores uma formação adequada, que considere as especificidades do público dessa modalidade educativa (RIBEIRO,1999, p.188-189).

Além da infantilização que ocorre educação de adultos, Ribeiro (1999) cita os pensamentos de Fávero, Rummert e De Vargas (1999) que indagam que essa modalidade educacional é relacionada com a ação voluntária, para ajudar os desfavorecidos, o que acaba interferindo no desempenho do educador.

Já para Paulo Freire (2016) como a educação é um processo de natureza política e diretiva cabe aos educadores desenvolverem seus trabalhos com os educandos não se desligando de seus sonhos, sua utopia e respeitando-os. Ele

defende também, que a melhor forma de se ensinar é estimular o discurso contrário, porque o professor deve ensinar seus alunos a lutarem por suas ideais, e não apenas absorver o que lhe for transmitido.

Em seu livro: “Pedagogia da autonomia”, Paulo Freire (2005) sugere como os professores devem desenvolver as práticas educativas. Uma de suas sugestões é que quem ensina também aprende ao ensinar e vice-versa.

[...] quem forma se forma e re-forma ao formar e quem é formado forma se e forma ao ser formado. É neste sentido que ensinar não é transferir conhecimentos, conteúdos nem formas é ação pela qual um sujeito criador dá forma, estilo ou alma a um corpo indeciso e acomodado. Não há docência sem discência, as duas se explicam e seus sujeitos apesar das diferenças que os conotam, não se reduzem à condição de objeto, um do outro. Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender [...] (FREIRE, 2005, p.23).

Com isso o autor demonstrou que o ato de ensinar, não se trata apenas de transferir os conhecimentos, de preencher algo vazio, já que os alunos da EJA são carregados de saberes, e cabe ao educador respeitá-los.

Saber que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou sua construção. Quando entro em uma sala de aula devo estar sendo um ser aberto a indagações; um ser crítico e inquiridor, inquieto em face da tarefa que tenho-a de ensinar e não a de transferir conhecimento (FREIRE, 2005, p.47).

Em relação ao papel dos professores Freire (2016) destaca que suas práticas educativas, o ato de ensinar deve despertar nos estudantes o estímulo para que eles desenvolvam o gosto em querer aprender, para tanto a curiosidade deve ser o combustível do processo de ensino aprendizagem, acarretando um ensino crítico e não mecânico.

Outro ponto que Paulo Freire (2016) menciona e que deve ser analisado com atenção é em relação ao interesse dos educadores em buscar saber sobre o que vai ensinar aos seus alunos.

O papel testemunhal do professor na gestação desta disciplina é enorme. Mais uma vez aí, a sua autoridade, de que sua competência faz parte, joga importante função. Um professor que não leva a sério sua prática docente, que, por isso mesmo, não estuda e ensina mal o que mal sabe, que não luta para que disponha de condições materiais indispensáveis à sua prática docente, se proíbe de concorrer para a formação da imprescindível disciplina intelectual dos estudantes. Se anula, pois, como professor (FREIRE, 2016, p.115).

Para Freire (2005), apresenta vários aspectos importantes da prática docente, entre eles o dá indagação, a busca, a pesquisa, que o professor deve sempre

procurar, buscar conhecer o novo, para anunciar a novidade aos estudantes e despertar neles o interesse em aprender. Para o autor os estudantes têm:

[...] o dever de não só respeitar os saberes com que os educandos, sobretudo os das classes populares, chegam a ela saberes socialmente construídos na prática comunitária [...] (FREIRE, 2005, p.30, 2005).

Não basta ter um bom método para trabalhar com a EJA é preciso que o educador crie outra educação, essa precisa garantir a igualdade entre as classes. Além de que o educador que trabalha com a educação de jovens e adultos, precisa possuir a consciência de quem são seus educandos, tratá-los com muito respeito e dignidade e valorizar os conhecimentos já adquiridos por eles ao longo de sua vida, pois são a base para o desenvolvimento do processo educacional, para tanto fundamental o trabalho com diálogo com esse grupo, para que desta forma haja o interesse dos estudantes, ficando claro que o papel do educador da EJA não apenas transmitir o conhecimento.

Somente ensinar sem um significado para o aluno da educação de jovens e adultos não basta, porque esses querem aprender para serem aceitos, incluídos na sociedade atual, sendo assim é preciso utilizar métodos apropriados para sua educação escolar, e o método de Paulo Freire considera a realidade do aluno e sua bagagem, por isso é um instrumento importante para esse grupo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do desenvolvimento deste trabalho de conclusão de curso foi possível responder o problema de pesquisa proposto, o qual envolveu a seguinte questão: Quais métodos para educação de jovens e adultos podem colaborar para inseri-los na sociedade atual? Não existe um método educacional específico que promova a inserção social dos jovens, adultos e idosos que frequentam a EJA, mas é possível considerar que o método desenvolvido por Paulo Freire pode promover muitos benefícios para essa inserção na sociedade atual.

Neste processo é fundamental conhecer quem são os alunos da EJA e que não há homogeneidade no que se refere aos envolvidos nesta modalidade de ensino, que visa atender a jovens, adultos e idosos com histórias de vida diferenciadas, que não tiveram acesso, ou que abandonaram a educação básica na idade considerada como adequada.

A EJA é importante instrumento de inserção social, uma vez que ao estudar a história da sociedade, desde o princípio essa excluiu aqueles que não possuíam acesso à educação, esta era privilégio para aqueles que pertenciam às camadas economicamente altas, o que acarretava a exclusão daqueles que não sabiam ler ou escrever. Entretanto, para atender as novas demandas do sistema capitalista e o trabalhador mais velho se viu obrigado a se qualificar para aumentar sua oportunidade de emprego. Neste contexto se começa a discutir o conceito de andragogia, que é a educação voltada para os adultos.

A educação de jovens e adultos construiu uma história de séculos de lutas no Brasil, que continua sendo atual, já que a educação é o caminho pelo qual se busca por um fim, o diminuir das desigualdades existentes entre as classes e a situação de oprimidos, daqueles que não sabem ler e escrever, que acabam sendo excluídos por serem rotulados de incapazes, por isso, o governo ao longo da história investiu vários programas de alfabetização para adultos no país.

Paulo Freire fez parte da história da EJA, pois desenvolveu um método específico para essa modalidade de ensino, já que o que se tinha antes dele eram cópias de trabalhos desenvolvidos com as crianças aplicados com os jovens adultos e idosos da EJA.

Sendo assim, os alunos da EJA são jovens, adultos e idosos, que fazem parte da história da educação do país, que visa alcançar mais igualdade para mudar a

situação de oprimidos, reconhecendo a importância da educação para inserir esses jovens, adultos e idosos na sociedade atual, que por ser capitalista causa à exclusão dos mais velhos que se viram obrigados a procurarem mais qualificação para aumentar suas oportunidades de emprego. E Freire criou o método que mais traz benefícios para os alunos da EJA, por partir da sua realidade para desenvolver o trabalho educacional o que por sua vez facilita a inserção desses jovens, adultos e idosos na sociedade.

O desenvolvimento deste trabalho permitiu uma reflexão sobre a educação de jovens e adultos, o que colabora com minha vida profissional, ajudando a entender a importância da EJA e como deve ser desenvolvido o trabalho de educação com os jovens, adultos e idosos, para que esse seja um trabalho significativo, com qualidade e que promova a inserção desses jovens, adultos e idosos na sociedade atual.

## REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é método Paulo Freire**. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <[http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988\\_05.10.1988/CON1988.pdf](http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_05.10.1988/CON1988.pdf)>. Acesso em: 12 out. 2016.

\_\_\_\_\_. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394\\_ldbn1.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf)>. Acesso em: 12 out. 2016.

\_\_\_\_\_. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**, Rio de Janeiro 2015. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv94935.pdf>>. Acesso em: 10 MAIO. 2017.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Relatório Educação para todos no Brasil 2000-2015**. Versão Preliminar. Junho 2014 Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/junho-2014-pdf15774-ept-relatorio-06062014file>>. Acesso em: 18 abril. 2017.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Trabalhando com a educação de jovens e adultos: alunas e alunos da EJA**. Brasília, 2006. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ejacaderno.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2016.

CONCEIÇÃO, Jorge Tomaz da. **Uma nova sigla surge na educação de jovens e adultos: ensino de jovens, adultos e adolescentes – EJAA. Fenômeno migratório de adolescentes oriundos do diurno**. 2008, 67 p. Dissertação (Mestrado Profissional em Teologia) – Programa de Pós Graduação Comunitária em Infância e Juventude, Faculdades EST, São Leopoldo, 2008. Disponível em: <[http://tede.est.edu.br/tede/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=118](http://tede.est.edu.br/tede/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=118)>. Acesso em: 23 maio. 2017.

DI PIERRO, Maria Clara. Descentralização, focalização e parceria: uma análise das tendências nas políticas públicas de educação de jovens e adultos. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 27, n.2, p. 321-337, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v27n2/a09v27n2.pdf>>. Acesso em 03 julho. 2017.

DI PIERRO, Maria Clara; JOIA, Orlando; RIBEIRO, Vera Masagão. Visões da educação de jovens e adultos no Brasil. **Cadernos CEDES**, Campinas, v.21, n.55, p. 58-77, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5541.pdf>>. Acesso em: Acesso em 27 out. 2016.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. 31. ed. São Paulo: Paz & Terra, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**. 23. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2016.

HADDAD, Sérgio. A ação de governos locais na educação de jovens e adultos **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, vol.12, n.35, p. 197-211, maio/ago. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n35/a02v1235.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2017.

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. Escolarização de jovens e adultos. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 14, p. 108-130, 2000. Disponível em:<[http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/RBDE14/RBDE14\\_08\\_SERGIO\\_HADDAD\\_E\\_MARIA\\_CLARA\\_DI\\_PIERRO.pdf](http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/RBDE14/RBDE14_08_SERGIO_HADDAD_E_MARIA_CLARA_DI_PIERRO.pdf)>. Acesso em: 11 jun. 2017.

MARQUES, Denise Travassos. **Educação de Jovens e Adultos: uma perspectiva de alfabetização com idosos**. 2009. 151 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2009. Disponível vem: <[http://www.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=510](http://www.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=510)>. Acesso em: 30 maio. 2017.

OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de. Educação de jovens, adultos e idosos: aprendizagem ao longo da vida. **Salto para o Futuro – Educação ao Longo da Vida**, Ministério da Educação. Secretaria de Educação à distância [on line], ano 19, n. 11, set. 2009, p. 05-19. Disponível em: <<http://www.tvbrasil.org.br/fotos/salto/series/165745Edualongovida.pdf>>. Acesso em: 10 maio. 2017.

OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de. Princípios pedagógicos na educação de jovens e adultos. **Revista Alfabetização Solidária**, v. 4, n. 4, p.59-74, 2004. Disponível em: <[http://www.eja.ce.ufpb.br/eja/Files/revista/bdeja\\_artrev010.pdf](http://www.eja.ce.ufpb.br/eja/Files/revista/bdeja_artrev010.pdf)>. Acesso em: 10 maio. 2017.

PERES, Marcos Augusto de Castro. A andragogia no limiar da relação entre velhice, trabalho e educação. **Contrapontos**, Itajaí, v. 6, n.1, p. 65-77, jan./abr. 2006. Disponível em: <<https://www6.univali.br/seer/index.php/rc/article/viewFile/850/702>>. Acesso em: 12 jul. 2017.

RIBEIRO, Vera Masagão. A formação de educadores e a constituição da educação de jovens e adultos como campo pedagógico. **Educação e Sociedade** [on line], ano XX, n. 68, p. 184-201, dez. 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v20n68/a10v2068.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2017.

SANTOS, Geovânia Lúcia dos. Educação ainda que tardia: a exclusão da escola e a reinserção de adultos das camadas populares em um programa de EJA. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n.24, p. 107-125, set./dez. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a09.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2016.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.